

Formação inicial e continuada como fator de valorização da carreira docente nas políticas públicas educacionais

Initial and continued training as a factor of valorization of the teaching career in public educational policies

Formación inicial y continuada como factor de valorización de la carrera docente en las políticas públicas educativas

Cassiana Kusznerik¹
Marisa Schneckenberg²

Citação: KUSZNERIK, C.; SCHNECKENBERG, M. Formação inicial e continuada como fator de valorização da carreira docente nas políticas públicas educacionais. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 1. Janeiro de 2018.



<http://10.5380/jpe.v12i0.55532>

Resumo

O trabalho teve como intuito observar a formação inicial e continuada, relacionando-a como um dos fundamentos necessários para a valorização docente. Utilizamos, portanto, a pesquisa bibliográfica como fonte de coleta de dados para nossas inferências, com autores como Scheibe (2010), Grochoska (2016), Fontana e Fávero (2013), Morreti e Masson (2015), Masson e Vaz (2016). Estes problematizam a relevância da formação inicial e continuada dos profissionais de educação, principalmente aqueles que atuam em sala de aula, e o reflexo que a formação apresenta na questão da valorização docente. Realizamos também consulta em alguns dos principais documentos que norteiam a educação nacional, em especial a Política de Formação de Profissionais da Educação, decreto nº 8.752, de 2016, e o Plano Nacional de educação (PNE, 2014-2024), observando seus apontamentos sobre a valorização docente.

Palavra chave: Formação inicial e continuada; Valorização docente; Políticas públicas.

Abstract

The work aimed to observe the initial and continued formation, relating it as one of the fundamentals needs for teacher valorization. We worked with bibliographical research as a source of data collection, with authors such as Scheibe (2010), Grochoska (2016), Fontana and Fávero (2013), Morreti and Masson (2015), Masson and Vaz (2016). They problematize the relevance of the initial and continuous teacher's training, especially those who work in classroom, and the reflection that the training presents in the question of

1 Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: cassikusznerik@gmail.com

2 Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: marisaunicentro@hotmail.com

teacher valorization. We also consulted some of the main documents that guide national education, especially the Education Policy for Teacher's Training, Decree No. 8.752, of 2016, and the National Education Plan (PNE, 2014-2024), observing their notes about teacher valorization.

Keywords: Initial and continuing training; Teacher valorization; Public policy.

Resumen

El trabajo tuvo como objetivo observar la formación inicial y continuada, relacionándola como uno de los fundamentos necesarios para la valorización docente. Utilizamos, la investigación bibliográfica como fonte de coleta de datos para nuestras inferencias, con autores como Scheibe (2010), Grochoska (2016), Fontana y Fávero (2013), Morreti y Masson (2015), Masson y Vaz (2016). Estos problematizan la relevancia de la formación inicial y continuada de los profesionales de la educación, principalmente aquellos que actúan en el aula, y el reflejo que la formación presenta en la cuestión de la valorización docente. Realizamos también consulta en los principales documentos que guían la educación nacional, en especial, la Política de Formación de Profesionales de la Educación, Decreto n ° 8.752, de 2016, y el Plan Nacional de Educación (PNE, 2014-2024), observando sus apuntes sobre la valorización docente.

Palabras claves: Formación inicial y continuada; Valorización docente; Políticas públicas.

Introdução

Vivemos em uma sociedade que a cada dia precisa mais do trabalho de professores formados com bases sólidas e consistentes, para que estes tenham clareza sobre as funções a serem desempenhadas, dos desafios que muito provavelmente serão encontrados, e os caminhos possíveis para encontrar algumas elucidaciones. Na perspectiva de Duarte e Oliveira (2014), a demanda por profissionais da educação, ocorreu pela ampliação da rede de ensino, da educação básica, conseqüentemente ocorreu a entrada de grandes contingentes de alunos que precisariam então, ser atendidos, pelo sistema público. Desse fato decorre, a necessidade de valorização destes profissionais, segundo os autores, já que com a entrada de novos alunos, entram em cena também novos desafios à escola.

Ao mesmo tempo em que a atuação desse profissional é indispensável, existe uma queda expressiva na procura pelos cursos de licenciatura, fato preocupante para a manutenção do quadro de profissionais atuantes. Tal desinteresse, ocorre por fatores como: baixa remuneração; falta de clareza nos planos de carreira; condições de trabalho precária; desvalorização em relação a outras carreiras; número excessivo de alunos em algumas turmas; falta de valorização em alguns planos de carreira da formação inicial e continuada, principalmente a pós-graduação *stricto sensu*, etc.

Essa desvalorização da formação dos professores, acarreta em um desprestígio da profissão o que faz com que pouquíssimas pessoas, procurem a licenciatura. De acordo com Marques; Pereira (2002, p. 5), de posse dos dados do Censo do Ensino Superior realizado em 2000, “[...] no ano de 1997, cerca de 39.800 vagas deixaram de ser preenchidas em 13 diferentes cursos de licenciatura – estes dados se referem ao baixo

número de formandos em relação às vagas oferecidas”. Estes números demonstram o quanto a profissão docente passou a ser pouco relevante para quem conclui o ensino médio, ou mesmo para quem já está em cursos superiores.

O mais agravante ocorre quando os próprios professores que estão atuando se sentem desvalorizados, afetando seu desempenho, no que se refere as inúmeras atribuições em sala de aula, como também no desenvolvimento de sua formação continuada, essencial à prática docente.

A formação de professores como nos referimos anteriormente, enfrenta alguns obstáculos e por esse motivo é alvo das políticas públicas. Para Asprella (2013), as políticas públicas, vem acompanhadas de uma ideia de renovação e da resolução de problemas existentes, porém, via de regra, as políticas públicas não dão conta de transformar o contexto de dificuldades encontrados na sociedade, ou seja, não são sinônimo necessariamente de mudança positiva.

Um fator que contribui para essa falta de abrangência ou talvez de êxito, das políticas públicas se explica pela oscilação e pela instabilidade destas, já que não apresentam um tempo significativo de efetividade, pois são rapidamente substituídas por outras.

Diante disso, realizamos na sequência, algumas considerações, a respeito da importância da formação do professor, e de sua valorização, enquanto profissional, baseado em autores da área, relacionando com o aparato legal sobre a temática.

A formação inicial e continuada como elemento necessário na profissão

A educação compõe o processo formativo do sujeito, que lhe possibilita a relação com os conhecimentos historicamente construídos, que torna possível que existam melhorias nas condições de existência das pessoas, lembrando sempre que ela constitui um processo que pode levar a tal. Azevedo (2011), defende a elevação dos padrões de qualidade da educação, pontuando, que esta última é: “[...] um direito universal, cujo usufruto pode largamente contribuir para a construção de outro padrão de relações sociais, distanciado do injusto padrão ora imperante entre nós (AZEVEDO, 2011, p.411)”. Com o posicionamento de Azevedo (2011), fundamentamos nossa compreensão, de que a educação pode oferecer os meios para que haja uma formação dos alunos, visando sua emancipação. Principalmente a possibilidade de compreender o contexto social e

econômico, em que estão inseridos, e como estes determinantes influenciam no desenvolvimento de suas vidas profissionais e pessoais, como de toda a sociedade.

Ao mesmo tempo, em que temos a concepção de educação, como sendo um meio essencial para a formação do cidadão, e da transformação da sociedade, concordamos com Feldmann (2009, p. 78) ao “[...] não referendar uma tendência presente em estudos sobre a escola, quando a situam como lugar por excelência para resolver os problemas e conflitos sociais”. Temos, portanto, a serenidade de observar a escola e a educação, como meios de oferecer esclarecimento aos educandos, que oportunize a reivindicação de seus direitos adquiridos, e a busca por condições de igualdade.

Para que se efetive a função primordial da escola, que são os processos educativos, é de extrema importância que os professores tenham uma formação adequada, para que possam atuar nos contextos em que estão inseridos, para então permitir que haja uma formação humana dos alunos. Partimos deste ponto, por ser o professor o elo entre o conhecimento científico e o aluno.

Temos ciência, no entanto, que nos dias atuais, o acesso à rede mundial de computadores, e o advento da internet, possibilitou um contato maior ou talvez uma proximidade, das pessoas e do conhecimento científico. Para Teixeira; Brandão (2003), é necessário que tenhamos clareza ao perceber que na internet, podemos encontrar a informação e o conhecimento. A informação é algo momentâneo, já o conhecimento necessita de sistematização. É importante que apontemos, utilizando os autores acima citados, que a informação pode transformar-se em conhecimento. De acordo com Brandão e Teixeira (2003, p.1): “É preciso que as informações sejam sistematizadas, analisadas, discutidas, apropriadas, aplicadas ou descartadas a fim de possibilitarem a construção efetiva do conhecimento”.

É neste processo de busca, análise, sistematização, observação, inferência, que o professor exerce seu papel como mediador. Com o grande número de informações existentes os alunos precisam de orientações sobre onde buscar informações relevantes e verídicas, e acima disso, relacioná-las e contrapô-las, a fim de ter criticidade sobre os fatos. Dessa maneira, apesar de existirem outras formas de acesso ao conhecimento, que não apenas o discurso do professor e os livros didáticos, sentimos que ainda há a necessidade de interferência do professor, enquanto mediador.

Para Mcculloch (2012), na formação dos professores é importante que se leve em consideração, os processos históricos, e a história em si da formação de professores, para

que esse profissional, não seja apenas um implementador de políticas educacionais. Junto a essa demanda de formação, emanam outras, como a necessidade de formação de um professor pesquisador, que seja reflexivo em suas práticas, para que sua reflexão se reverta em ações problematizadas, que possam ser repensadas novamente. Esta perspectiva de formação foi desenvolvida pelo pesquisador Donald Schon, como nos apresentam Fontana e Fávero (2013). Essa necessidade de reflexão do professor, compõe uma ferramenta para seu trabalho, pois o conhecimento renova-se, os alunos renovam-se no movimento da sociedade, e assim novos desafios surgem, fazendo com que exista a necessidade de formação continuada, para que haja o entendimento dos contextos e dos movimentos globais que influenciam a vivência cotidiana dos alunos.

A formação, no entanto, demanda tempo e dedicação do professor, como também investimento financeiro. Sendo assim, a formação para exercício de sua profissão não é apenas de iniciativa pessoal, mas também de responsabilidade das instituições em que estes profissionais trabalham. Algumas instituições, portanto, destinam espaço em seus planos de carreira, para especificação das condições dadas aos professores para incentivá-los a seguir na formação continuada, como também os benefícios que essa formação continuada agrega na questão de vencimentos, e conseqüentemente na sua valorização.

Nas explanações feitas por Grochoska (2016, p. 2), conseguimos observar o conceito de formação existente. Segundo a autora:

A formação inicial é aquela que acontece por meio dos cursos médio, modalidade normal ou superior nas licenciaturas, habilitando professores para exercerem sua profissão, ela influencia na carreira quando diz respeito ao ingresso e a habilitação, já a formação continuada é aquela que acontece durante a vida funcional deste professor, por meio de cursos de capacitação ou da pós-graduação [...].

Com as colocações de Grochoska (2016), conseguimos perceber que o ingresso na carreira compõe um elemento de valorização da profissão. Observamos também, que a autora pontua a formação continuada como elemento que envolve a vida funcional do professor, ou seja, o bom desenvolvimento de sua profissão, depende da continuidade da sua formação.

Ainda utilizando os escritos de Grochoska (2016), conseguimos extrair o conceito de valorização, que pode ser descrito como algo obtido por meio da carreira, que é um princípio constitucional, a qual rege a vida funcional do professor. Dessa maneira a autora aponta que a carreira é formada pela: formação, condições de trabalho em que o professor

se submete e a sua remuneração. Estes três elementos segundo Grochoska (2016), compõe a valorização docente.

A formação de professores no âmbito da política pública nacional

Ao tratarmos de formação de professores verificamos a presença de documentos essenciais que direcionam a política de formação de professores no Brasil. Podemos citar o Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024, especificamente as metas 15 a 18. Ao mesmo tempo, em 2016 foi aprovado o Decreto nº 8.752, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. O decreto citado, art. 2º, inciso IX, traz o princípio de valorização dos profissionais da educação, relacionando-se a aspectos de remuneração e da carreira do profissional.

Percebemos, portanto, que o Decreto 8.752 de 2016, anuncia uma melhoria nas condições da carreira profissional, prenunciando uma maior valorização dos profissionais. Entretanto, o referido documento, traz no art. 12º, inciso IV, a iniciativa de fomentar a: “[...] formação inicial em nível médio, na modalidade normal para atuantes em todas as redes de ensino, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental na função de magistério (BRASIL, 2016, p.5).”

O que é possível frisar neste momento, é que mesmo o decreto 8.752 de 2016, se referindo ao princípio da valorização do professor, no artigo 12º, aparece como iniciativa a ser tomada e fomentada, a formação em nível médio, que acarreta em grande desvalorização da carreira. Essa desvalorização ocorre pelo fato que os municípios na sua maioria preferem ofertar concursos em nível médio, do que em nível superior, pois isso gera grande economia aos cofres públicos, prejudicando assim a formação dos profissionais que atuarão nas escolas, e conseqüentemente no desenvolvimento da educação concedida aos alunos.

É oportuno esclarecer que nossa intenção ao realizar a crítica ao fomento da formação em nível médio, não está embasada na questão da capacidade que este profissional terá ou não, ao assumir o trabalho em sala de aula, pois não é este o objetivo da pesquisa. O que pretendemos pontuar é que o profissional com nível médio receberá um vencimento ao final do mês, menor do que um profissional com nível superior, acarretando em condições de vida e de trabalho mais precarizadas e limitadas. Fato este que gera uma desvalorização da profissão docente, no que se refere aos valores recebidos pelo seu trabalho.

Dois anos antes do decreto nº 8.752, em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação-PNE, sendo que este concentra entre as metas 15 e 18, questões relacionadas a formação de professores. A meta 18, do PNE trata da valorização de professores, especificamente aos planos de carreira da educação básica e superior públicas. Na estratégia 18.4 objetiva: “prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*;”. Neste sentido a meta 18 prevê uma legitimação dos direitos a formação continuada, com pontos essenciais que precisam ser elencados nos planos de carreira, das redes de ensino.

Todavia, a meta 18 não trata com precisão sobre quais seriam os incentivos para a qualificação. Estes incentivos estariam incorporados aos vencimentos dos professores que são os valores fixados em tabela do plano de carreira? Ou seriam apenas gratificações, não incorporadas no momento da aposentadoria? Estas questões por vezes passam despercebidas, porém a falta de apontamentos mais específicos suscita dúvidas.

Também a meta 17, que tem por função maior a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério público, da educação básica, com os demais profissionais com escolaridade equivalente, não faz nenhuma referência a valorização nos planos de carreira, da pós-graduação *stricto sensu*.

Algumas redes já possuem esses indicativos, sobre o vencimento de profissionais com pós-graduação *stricto sensu*, em seus planos de carreira, porém em alguns casos são defasados. Em outros momentos, principalmente na rede municipal, não há menção a valorização de mestrados e doutorados, o que precisaria ser mais enfatizado. De acordo com Morreti e Masson (2015), existe uma discrepância entre os valores recebidos por professores e profissionais de outras áreas com a mesma formação. Segundo as autoras, utilizando dados de 2013, professores da educação infantil, que trabalhavam 40 horas semanais, recebiam cerca de R\$ 2.063,58, sendo que outros profissionais, também com ensino superior recebiam entre 5 a 9 mil reais. Essa situação expressa em números por Morreti e Masson (2015), nos oferece maior visibilidade da magnitude da desvalorização do magistério em relação a outras carreiras.

Como pontuado anteriormente, existem teorias que enfatizam a importância da reflexão do professor, da contínua formação, do professor ser um pesquisador em sala de aula e na escola onde atua, porém não se pontuam condições de valorização de vencimentos nos planos de carreira, para que o professor continue em sala de aula e ao

mesmo tempo inicie uma pós-graduação *stricto sensu*, por exemplo. Seria este um dos fatores que colaboram para a crítica existente sobre o distanciamento das teorias educacionais, da realidade vivida na escola e de suas principais dificuldades? Neste momento, temos o intuito de problematizar indagações como esta, que pode servir de fio condutor, para futuras pesquisas.

O que fica explícito que o Plano Nacional de Educação (PNE), fomenta a inclusão de licenças remuneradas, para os profissionais da educação estarem realizando cursos de pós-graduação *stricto sensu*, porém deixa a desejar na questão de como a valorização irá ser realizada. Isso em relação aos vencimentos futuramente recebidos por estes mestres e doutores, nas redes municipais, estaduais e federais. Muitas vezes, os planos que oferecem essa possibilidade de pós-graduação, ao mesmo tempo, não destinam elementos para a valorização dessa formação, acabam perdendo seus profissionais, para outros sistemas de ensino, como as universidades e faculdades por exemplo.

Valorização x Desvalorização na legislação

No decorrer dos apontamentos realizados, sobre alguns recortes do decreto e do PNE, observamos a presença ainda muito forte da formação em nível médio, para a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional 9.394 de 1996 (LDB), traz como atribuição do profissional formado em nível médio e do pedagogo, essa etapa da educação básica, sendo estes dois profissionais habilitados para atuar, tanto na educação infantil, como nos anos iniciais. Ou seja, existe coabitação entre nível médio e nível superior, dentro da mesma atribuição.

Ocorre que, segundo colocações de Scheibe (2010), a formação em nível médio que habilita para o exercício da docência, nas etapas citadas, foi necessária inicialmente, por conta de uma possível inexistência de profissionais formados em nível superior, para então dar conta de toda a demanda de professores, que ocorreu com a entrada de um contingente muito grande de alunos no sistema escolar.

Nos dias atuais ainda existe essa formação em nível médio, o que gera inúmeras discussões a cerca da temática. Para Scheibe (2010), existem defensores da continuidade dessa formação, enquanto que outros defendem sua extinção. A continuidade é defendida utilizando a antiga alegação de que não há profissionais em número suficiente para atuar

na educação básica. Já a extinção ampara-se na necessidade de formação com qualidade deste profissional, e de sua valorização.

Dessa forma, a autora inclui elementos que desmistificam a inexistência de profissionais suficientes formados em nível superior, pontua que as dificuldades de oferta de profissionais formados em área específica, se restringe a “[...] área de Ciências Exatas, na qual os profissionais formados em cursos de licenciatura do país são insuficientes para suprir a demanda (SCHEIBE, 2010, p. 983)”. Como podemos observar, a autora não faz menção a inexistência de professores na área de pedagogia por exemplo, e sim das ciências exatas. Então qual seria o motivo para a manutenção do curso em nível médio?

Masson e Vaz (2016), tratam da oferta de pedagogos formados no Paraná e no Brasil, em relação a demanda deste profissional. As autoras relacionam o trabalho do professor enquanto atividade assalariada, portanto, de venda de sua força de trabalho. O contexto atribuído pelas autoras dessa venda da força de trabalho é o mercado capitalista, já que este é o sistema que rege a produção.

Dessa maneira Masson e Vaz (2016), pontuam que pelo fato de o professor estar inserido nesse sistema capitalista, sua venda de força de trabalho é regida pelas leis de mercado, inerentes a este sistema, ou seja, da oferta e da demanda. Sendo assim, quando há uma grande oferta de profissionais, os salários tendem a ficar mais baixos, sendo que quando a oferta de profissionais diminui, os salários sobem.

O objetivo de manter um número considerável de profissionais formados, sem existir vagas nos sistemas de ensino para absorver essa oferta, pode ser denominada como “exército reserva (MASSON; VAZ, 2016, p. 13)”. Com esse exército, ou seja, um grande contingente de pessoas formadas, sem estarem em sua área de atuação, e muitas vezes até desempregadas, fazem gerar uma baixa nos salários dos profissionais da educação, uma desvalorização da profissão.

A existência desse exército reserva, culmina na criação de um:

[...] excedente de população, não só os trabalhadores desempregados se submetem a qualquer tipo de trabalho, salário, contratos, como os trabalhadores empregados serão pressionados, podendo ser ameaçados de demissão e, dessa forma, submetem-se às condições precárias e intensivas de trabalho (MASSON; VAZ, 2016, p.14).

Com essa relação de oferta e demanda, conseguimos observar o mal que a oferta em excesso pode causar no desenvolvimento e na valorização de uma profissão, sobretudo, uma profissão que emana históricos de desvalorização. De posse de dados

provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), e de dados sobre concluintes dos cursos de pedagogia fornecidos por 37 das 122 Instituições de Ensino Superior do Paraná, Masson e Vaz (2016), afirmam existir maior número de formandos (concluintes), dos cursos de pedagogia, do que o número de novas funções, que seriam utilizadas para absorver essa oferta de profissionais com ensino superior completo. Esse excedente não se constata apenas no estado do Paraná, e sim em nível nacional, dessa maneira, analisando as conclusões de Masson e Vaz (2016), e o decreto 8.752, sentimos a falta de consonância entre as políticas públicas e as reais condições do magistério, em relação a valorização da formação.

Lembrando que o decreto enfatiza a formação em nível médio, seria então este um decreto com objetivo de valorizar ou desvalorizar a carreira docente? Concordamos neste ponto, com Azevedo (2011) ao referir-se às políticas públicas e a decisão sobre elas, como privilégio de alguns poucos que detêm o poder dentro da sociedade. Para Azevedo (2011, p.418), “[...] um processo restrito e controlado, visto que o núcleo duro das decisões permaneceu privilégio de uns poucos, em geral adstrito ao poder central.” sendo assim, mesmo com o princípio da gestão e das práticas democráticas, as decisões são tomadas de forma independente ao que pede, aneia, ou reivindica a população.

Dessa maneira, as políticas públicas voltadas a educação não nascem das demandas do chão da escola, são organizadas por especialistas que não possuem vínculo de trabalho na realidade sobre a qual discursam. São pesquisadores para as políticas (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011), desenvolvem suas pesquisas geralmente a pedido do Estado, para dar suporte a novas políticas públicas, visando com frequência a eficácia e a economia para o Estado.

Além da formação em nível médio que contribui para a desvalorização da carreira do professor, exigindo uma formação menor do que a formação superior, ainda existem cursos de formação que são feitos pela forma de educação a distância (EAD). Muitas discussões foram realizadas a respeito da manutenção ou restrição destes cursos, a lei de diretrizes e bases da educação traz na seção sobre os profissionais da educação, no artº. 62, § 3, o seguinte: “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias da educação a distância”.

Portanto, existe a possibilidade de se realizar um curso superior a distância, por um lado facilitando o acesso ao conhecimento, para pessoas que moram em locais afastados e de difícil acesso, e por outro lado aumentando o exército reserva de profissionais da educação.

De acordo com Scheibe (2010, p.992):

Há uma compreensão de que a formação indiscriminada desenvolvida a distância na qualificação dos profissionais para o magistério traz privações vinculadas a vivência universitária, comunitária e instrucional que compõe um processo formativo.

Assim sendo, a formação do professor também ocorre com algumas limitações, já que este não encontra muitas possibilidades de troca de experiências com seu grupo. Temos ciência que as plataformas, usadas nesse tipo de formação em EAD, tem certo grau interativo, porém não substitui a interação em sala de aula, com seus pares e professores.

Conclusão

Durante o desenvolvimento de nosso estudo, observamos quão amplo é o conceito de valorização docente, e como essa valorização está pontuada nos documentos legais. Compreendido como conceito vasto, a valorização é composta também pelas condições de trabalho, como por exemplo, o número de alunos em sala de aula, e pela remuneração que o professor recebe. Diante disso, surge a necessidade de realizar estudos sobre estes outros aspectos da valorização, diferentes da formação docente.

Concluimos, portanto, que a formação de professores se faz cada vez mais indispensável para que a educação siga os passos a ela desejados.

Temos condições de pontar durante o texto, a existência de licenças para a formação *strictu sensu*, porém, não existe especificação sobre que tipos de remuneração seriam previstas nos planos de carreira, especialmente para manter este mestre ou doutor em sua rede de ensino. Esse cenário ocorre no Plano Nacional de Educação, mesmo existindo uma meta específica para a equiparação dos vencimentos dos professores, em relação aos demais profissionais.

Assinalamos também, a utilização do conceito de valorização pelo decreto de 2016, porém se incentiva a formação em nível médio, mesmo com oferta de pedagogos formados em número suficiente para suprir as demandas, conforme pesquisa de Masson e Vaz (2016). Além da formação indiscriminada na modalidade EAD, mesmo existido

outras formas de formação, não respeitado a normatização que prevê a EAD, somente de forma excepcional.

Finalizamos, assim indicando que a legislação avança em alguns aspectos, como a fixação de um período máximo para aprovação dos planos de carreira das redes, a indicação de licenças remuneradas para a realização de pós-graduação *stricto sensu*. Porém a valorização, refletida no valor recebido por essa formação não aparece de maneira clara, no PNE e decreto, ou seja, não há referência de como as redes deverão realizar a retribuição a estes profissionais.

Referências

ASPRELLA, G. La interpelación de lo cotidiano a las políticas educativas (políticas educativas, reformas y vida escolar cotidiana). In: TELLO, C. (Coord. y compilador). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

AZEVEDO, J. M. L. de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas públicas educativas. **Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**, v.27, n.3, p.409-432, set./dez. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.752 de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm acesso em: 28/05/2017.

BRASIL, Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm acesso em: 04/05/2017.

DUARTE, A. W. B.; OLIVEIRA, D. A. Valorização profissional docente nos sistemas de ensino de Minas Gerais e Pernambuco. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.10, n.17, p.67-97, jul./dez.. 2014.

FELDMANN, M. G. Formação de professores e cotidiano escolar. In:_____. (Org.). **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: SENAC, 2009.

FONTANA, M. J; FÁVERO, A. A. Professor reflexivo: uma integração entre teoria e prática. **Revista de educação do Ideau**. v.8, n.17, jan./jun. 2013.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. Valorização do professor: a trajetória das legislações que regulamentam a carreira dos professores de educação básica no município de São José dos Pinhais. In: Anped Sul, 11., 2016. Curitiba. **Anais**. Curitiba. 2016. 01-12.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES J. (Orgs.) **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, C. A.; PEREIRA, J. E. D. Fóruns das licenciaturas em Universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

MASSON, G; VAZ, M. R. T. A oferta e a demanda de pedagogos no Paraná (2009-2013): implicações na (des) valorização profissional. In: Anped Sul, 11., 2016. Curitiba. **Anais**. Curitiba. 2016. 01-11.

MASSON, G; MORRETI, J. S. S. A valorização dos professores em municípios do Paraná: análise dos planos de carreira. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 9, n.17, 18. p. 111-124. jan/jun/ e ago/dez. 2015.

MCCULLOCH, G. História da educação e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu-Minas Gerais, v.17, n.49, p.121-132, jan./abr. 2012.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, n. 122, p. 981-1000, jul./set. 2010.

TEIXEIRA, A. C.; BRANDÃO, E. J. R. Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social. **Cinted-UFRGS Novas Tecnologias na Educação**. v.1, n.1, fev. 2003.

Recebido em Setembro de 2017
Aprovado em Dezembro de 2017
Publicado em Janeiro de 2018

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 12

Número 1

31 de janeiro de 2018



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 12, número 21 – Janeiro de 2018

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>